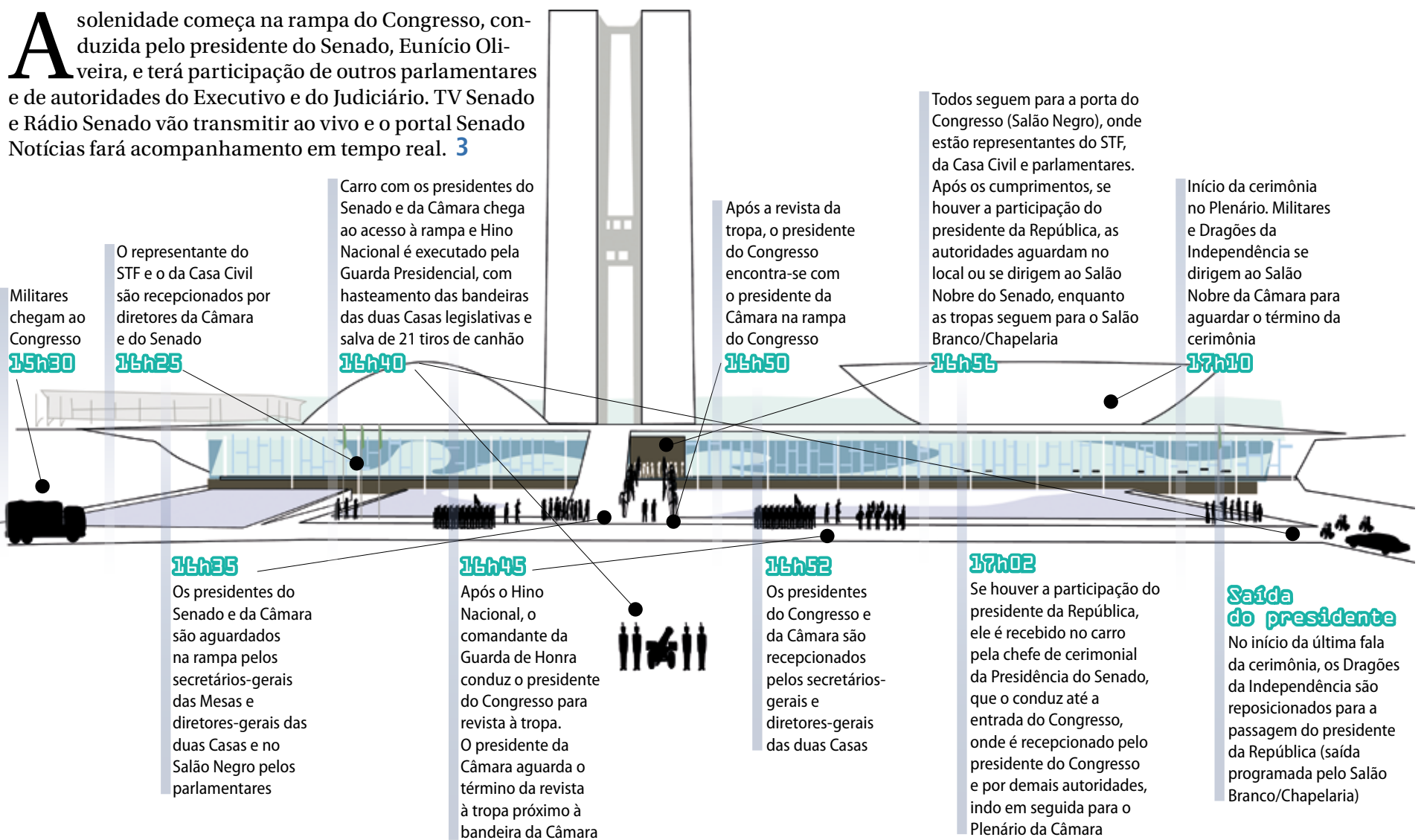




Ano legislativo começa hoje com mensagem presidencial

Senado e Câmara fazem sessão solene conjunta às 17h, quando será lido texto do Planalto sobre panorama do governo e metas para 2018

A solenidade começa na rampa do Congresso, conduzida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e terá participação de outros parlamentares e de autoridades do Executivo e do Judiciário. TV Senado e Rádio Senado vão transmitir ao vivo e o portal Senado Notícias fará acompanhamento em tempo real. **3**



Presidente do Senado participa de abertura do ano judiciário

Uma solenidade na quinta-feira marcou a retomada das atividades do Supremo Tribunal Federal (STF) após o recesso.

O presidente do Senado,

Eunício Oliveira, participou do evento, conduzido pela presidente da Corte, Cármen Lúcia. Em seu discurso, ela defendeu a Justiça e o respeito às leis. **2**



Cármen Lúcia conduz solenidade no Supremo com as presenças de Eunício Oliveira, Michel Temer e Rodrigo Maia

ARQUIVO **S**

Em 1963, país diz "não" ao parlamentarismo

O Senado estuda propostas que implantam o parlamentarismo. O país já foi governado nesse sistema, entre 1961 e 1963. O regime parlamentar foi a solução emergencial para o veto dos militares a João Goulart, que, para assumir o governo, aceitou perder poderes. O parlamentarismo começou a ruir após o Congresso antecipar o plebiscito sobre o regime de governo, de abril de 1965 para janeiro de 1963. **4 e 5**



Governo usou panfletos para convencer povo a derrubar parlamentarismo

Congresso retoma atividades com 22 medidas provisórias

O Congresso deve analisar, a partir deste mês, 22 medidas provisórias. Entre os temas, reforma da Previdência, privatização da Eletrobras e saque antecipado do PIS/Pasep. **8**

Reforma da Previdência pode chegar ao Senado em março

Discussão da proposta começa este mês na Câmara, mas senadores já se posicionam: uns a veem como solução para a crise fiscal e outros a criticam por retirar direitos. **7**

Parlamentares avaliam deficit nas contas de 2017 **6**

Novo Código Comercial terá 12 audiências **6**

Jane de Araújo/Agência Senado — 1º/2/2018



Os presidentes dos três Poderes — Eunício Oliveira, Cármen Lúcia e Michel Temer — na solenidade do Supremo

Eunício participa, no STF, de abertura do ano judiciário

No evento que marca a retomada das atividades do Supremo Tribunal Federal, a presidente da Corte, Cármen Lúcia, defendeu a Justiça e disse esperar que este ano seja de superação das dificuldades

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, participou na quinta-feira da abertura do ano judiciário de 2018 no Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, também compareceram à solenidade.

Comandada pela presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, a cerimônia marca

o retorno dos ministros às atividades jurisdicionais.

Em seu discurso, Cármen Lúcia falou das expectativas para o Judiciário e para o país em 2018. Ela defendeu a Justiça e as leis e afirmou que espera que o ano seja de superação das dificuldades.

— Sem liberdade não há democracia. Sem responsabilidade não há ordem, sem Justiça não há paz — afirmou

Cármen Lúcia.

Também participaram do evento a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, ministros do STF, presidentes de tribunais superiores e magistrados, entre outras autoridades.

(Com Assessoria de Imprensa do STF)

Violência no Ceará é tema de encontro no Planalto

Com o objetivo de unir esforços entre os governos federal e estadual para ações de combate à violência no Ceará, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, se reuniu em 30 de janeiro com o presidente da República, Michel Temer, e o governador do Ceará, Camilo Santana, no Palácio do Planalto.

— Não é momento para fazermos disputas. É um momento para unirmos forças em torno do bem-estar da população do estado do Ceará, que é nosso papel defender — afirmou Eunício após a audiência, que também contou

com a participação do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, Gladysson Pontes, e do presidente da assembleia legislativa do estado, Zezinho Albuquerque.

Camilo Santana agradeceu o apoio do senador na viabilização da reunião com o presidente da República e solicitou a Temer apoio para ações urgentes no estado, além de medidas de médio e longo prazo para combater a violência.

— O presidente foi muito solícito. Já autorizou de imediato uma força-tarefa com grupo especializado da

Polícia Federal para o Ceará, para exatamente trabalhar a questão da inteligência, e ficou de avaliar todos os outros pontos solicitados na audiência para o mais rápido possível dar uma posição para nós — disse Camilo.

Ainda de acordo com o presidente do Senado, a audiência foi positiva já que o presidente Temer concordou com a iniciativa de somar esforços para atender as demandas apresentadas pelo estado no que diz respeito à segurança.

(Com assessoria de imprensa da Presidência do Senado)

Senado publica livro com nova legislação trabalhista

As recentes alterações na legislação trabalhista ainda estão sendo assimiladas, por isso é importante ter em mãos uma publicação que reúna as leis do trabalho em um só volume. Editado pelo Senado, o livro *Consolidação das Leis do Trabalho — CLT e normas correlatas* cumpre esse papel. Além da CLT atualizada, a publicação inclui dispositi-

vos constitucionais e outras normas.

A publicação pode ser adquirida na Livraria do Senado, que funciona no Anexo 2, ou pela internet. Custa R\$ 6, mas pode ser baixada sem custo do site da Livraria (livraria.senado.leg.br).

A CLT foi criada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, que unificou a legislação

trabalhista até então existente. A publicação contém a reforma trabalhista sancionada no ano passado (Lei 13.467/2017), bem como as mudanças determinadas pela Medida Provisória 808/2017.

Foram modificados no ano passado 117 artigos da CLT. Entre as mudanças, está a regulamentação do teletrabalho e do trabalho intermitente.

Rádio e TV Senado transmitem sessão que abre ano legislativo

A Rádio e a TV Senado farão transmissão conjunta ao vivo da sessão solene que abrirá os trabalhos legislativos de 2018, hoje, às 17h. Na internet, o portal Senado Notícias informará em tempo real.

A parceria de rádio e TV é inédita e busca a convergência dos dois veículos, segundo a diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Angela Brandão.

— Estamos aprimorando a forma de transmitir a notícia, aproveitando melhor a infraestrutura tecnológica que temos e valorizando nossos profissionais. Ao mesmo tempo, a iniciativa se alinha ao planejamento estratégico da Casa, baseado em princípios como economicidade e transparência — ressaltou.

Para o diretor da Rádio Senado, Marco Antônio Reis, o principal desafio é adequar as linguagens para que nem o espectador nem o ouvinte

percam informação.

— A equipe é muito competente e sensível às expectativas das pessoas que vão assistir — afirmou Reis.

Na avaliação da diretora da TV Senado, Renata de Paula, a integração proporcionará ganho na qualidade das informações transmitidas:

— Uma equipe pode complementar a outra e enriquecer o processo, deixando o conteúdo mais dinâmico e atraente ao público.

COMO ACOMPANHAR

Rádio Senado
FM em dez capitais
Site: senado.leg.br/radio
Twitter: @radiosenado
Facebook: RadioSenado

TV Senado
TV aberta e digital
Site: senado.leg.br/tv
YouTube: TVSenadoOficial
Twitter: @TVSenado
Facebook: TVSenado

Portal Senado Notícias
Site: senado.leg.br/noticias

Programa de visitas é suspenso por conta do início dos trabalhos

O programa de visitação ao Congresso será suspenso hoje devido à sessão solene de inauguração dos trabalhos legislativos, marcada para as 17h. A área externa do Congresso, inclusive a Alameda das Bandeiras, será isolada, não sendo possível, portanto, estacionar no local.

Na quinta-feira, as visitas serão retomadas. Elas são gratuitas, abertas a toda a população, duram cerca de 50 minutos e são feitas das 8h30 às 17h30, com saída de grupos a cada meia hora.

Para visitar o Congresso às quintas-feiras, é necessário agendar antes pela internet.

O acesso é pela Chapela-ria às segundas, quintas e sextas-feiras e pela rampa principal do Congresso nos fins de semana e feriados. Temporariamente, a visitação está suspensa às terças e quartas-feiras. O site oferece também a opção de fazer a visita virtual no Senado e na Câmara.

A visitação é organizada pelas equipes de Relações Públicas do Senado e da Câmara dos Deputados. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (61) 3303-4671 e 3216-1771 ou no site www.congressonacional.leg.br/visite.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



TERÇA SEGUNDA

CONGRESSO Início do ano legislativo

17h Sessão solene de abertura do ano legislativo de 2018.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

19h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

CDH Relatório da CPI da Previdência

9h Audiência interativa para debater o relatório da CPI da Previdência.

CI Uso racional de energia elétrica

9h A comissão pode analisar 11 itens, entre eles, o PLS 795/2015, que institui diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública.

CAE Sabatina para o Cade

10h Sabatina de Paula Farani Silveira, indicada para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Na sequência, pauta com 11 itens.

CE Suspensão de torcida organizada

11h30 Entre 16 itens, o PLC 12/2017, que determina suspensão de cinco anos para torcida que invadir treino.

CMA Extração ilegal de recurso mineral

11h30 Na pauta de 15 itens, o PLS 63/2017, que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário** : <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões** : <http://bit.ly/comissoesOnline>

Congresso abre hoje ano legislativo de 2018

Cerimônia remonta ao tempo do Império e cada detalhe é carregado de simbolismo. São esperados os chefes dos três Poderes, que falarão sobre seus planos e objetivos para este ano

ÀS 17H DE hoje o Senado Federal e a Câmara dos Deputados se reúnem em sessão solene para inaugurar a 4ª sessão legislativa da 55ª legislatura e assistir à leitura da mensagem que o presidente da República, Michel Temer, enviará ao Parlamento com um panorama do governo e das metas para o ano que se inicia. A solenidade marca a retomada dos trabalhos do Legislativo após o recesso parlamentar e o anúncio das metas dos Poderes até o fim do ano.

Depois de lida a mensagem presidencial, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, fará sua apresentação para 2018. Em seguida, deve falar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. A sessão solene é encerrada com o discurso do presidente do Congresso, Eunício Oliveira. Os demais

parlamentares não fazem uso da palavra. Ainda não foram confirmadas as presenças de Temer e de Cármen Lúcia.

Não haverá eleições para as Mesas da Câmara ou do Senado, que só ocorrerão em fevereiro de 2019, após a posse dos senadores e senadoras eleitos ou reeleitos nas eleições gerais de outubro de 2018. Também não haverá eleições para os presidentes das comissões permanentes do Senado.

Rito constitucional

Todas as vagas da área externa do Congresso Nacional serão isoladas, sendo proibido estacionar nesses locais. A Alameda das Bandeiras também ficará interditada. O programa de visitação ao Congresso Nacional será suspenso e retomado na quinta-feira.

A Constituição federal estabelece, em seu artigo 57,



Rodrigo Maia e Eunício Oliveira sobem a rampa do Congresso durante abertura dos trabalhos em 2017

que o Congresso se reunirá, anualmente, na capital federal, a partir do dia 2 de fevereiro, para inaugurar a sessão legislativa. No período imperial, o imperador lia a mensagem pessoalmente, conhecida como Fala do Trono. Hoje, a presença do presidente da República é opcional. Normalmente, o Palácio do Planalto

a envia por meio do chefe da Casa Civil, cargo ocupado atualmente pelo ministro Eli-seu Padilha. No texto, Temer deverá traçar expectativas e planos para o ano e propor possíveis parcerias com os demais Poderes.

Nos últimos anos, a presença do chefe de Estado não tem sido frequente.

A ex-presidente Dilma Rousseff apresentou pessoalmente sua mensagem aos parlamentares no primeiro ano de seu primeiro mandato, em fevereiro de 2011, e, nos anos seguintes, o texto foi entregue pelos ministros da Casa Civil. Em 2016, em meio à crise no governo, ela voltou a comparecer à cerimônia. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também compareceu ao Congresso, em 2003, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso preferiu enviar as mensagens por meio de ministros da Casa Civil. Em 1990, José Sarney compareceu pessoalmente ao Parlamento.

Rito antigo

A solenidade de abertura da sessão legislativa começa antes da sessão solene e será conduzida pelo presidente do Senado, que também preside os trabalhos do Congresso Nacional, Eunício Oliveira. A cerimônia é tradicionalmente acompanhada de um rito remanescente da inauguração da República, que inclui a passagem da tropa em revista, audição do Hino Nacional, execução de uma salva de tiros de canhão e a presença, na rampa do Congresso, dos Dragões da Independência, unidade militar criada por dom João VI, em 1808.

Excepcionalidade

Este ano, excepcionalmente, a retomada dos trabalhos não ocorrerá no dia 2 de fevereiro, como prevê a Constituição. Eunício decidiu adiar essa sessão inaugural para o dia 5, para garantir maior presença de parlamentares. Pelas normas regimentais, no dia da abertura da sessão legislativa não pode haver sessão deliberativa.

TV Senado e Rádio Senado transmitirão ao vivo a cerimônia e a sessão solene, e o portal Senado Notícias publicará notícias, áudios e vídeos em tempo real.

Veja o passo a passo da cerimônia de abertura do ano legislativo

A abertura dos trabalhos do Legislativo conta com uma cerimônia externa, no gramado em frente ao prédio do Congresso Nacional; e outra interna, no Plenário da Câmara. A estimativa dos organizadores é de que o evento completo leve em torno de uma hora e meia a duas horas.

Às 16h25, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia (se confirmada a presença), e o ministro da Casa Civil serão recepcionados na Chapelaria do Palácio do Congresso Nacional e conduzidos até o Salão Nobre. Ambos serão recebidos pelos diretores de Relações Públicas das duas Casas.

Às 16h40 chegam os presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia. Eles são recebidos no início da calçada que dá acesso à rampa do Congresso pelos chefes de cerimonial das Casas.

Logo em seguida, o Hino Nacional será executado pela Banda do Batalhão da Guarda Presidencial ao mesmo tempo em que serão hasteadas as bandeiras nacionais e do Mercosul em frente à Câmara e em frente ao Senado. Haverá também salva de 21 tiros de canhão feitos pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha (Bateria Caiena), tradição que o Brasil mantém desde o Império,

quando os disparos eram feitos com balas de verdade e direcionados para o mar.

Ao final da execução do Hino Nacional, o comandante da Guarda de Honra se apresentará ao presidente do Congresso e conduzirá Eunício para que ele inicie a revista à tropa e faça uma reverência à Bandeira Nacional, uma tradicional demonstração de confiança e apreço dos governantes pelas forças militares que defendem o país.

Revista à tropa

Finda a revista, Eunício caminhará até o início da rampa do Congresso, onde se encontra com Rodrigo Maia. Eles sobem a rampa junto com os secretários-gerais e diretores-gerais das Casas em direção ao Salão Negro. Lá, todos se encontrarão com a presidente do STF, o ministro da Casa Civil, integrantes da Mesa do Congresso, líderes partidários e demais senadores e deputados que quiserem participar.

Às 17h, o presidente da República é recebido no carro pela chefe de cerimonial do Senado, que o conduz ao Salão Negro, onde é recepcionado pelo presidente do Congresso e demais autoridades.

Após os cumprimentos, todos se dirigem ao Plenário da Câmara para que Eunício dê início à sessão solene. Será

então lida a mensagem da Presidência da República ao Congresso, a mensagem do Judiciário e o presidente da Câmara fará seu discurso. A sessão será encerrada com o discurso do presidente do Congresso Nacional.

O efetivo militar estará disposto externamente com 48 Dragões da Independência na rampa, 40 militares de cada Força, 40 militares da Banda da Guarda Presidencial, 18 militares da Guarda à Bandeira e 30 militares da Bateria Caiena para execução da salva de tiros de canhão no gramado em frente ao Congresso.

Os militares também estarão presentes no interior do Congresso, com 40 homens da Força Aérea no Salão Negro e no Salão Nobre do Senado, 40 homens da Marinha entre o Salão Verde e o Plenário da Câmara e 32 da Banda do Corpo de Fuzileiros Navais executarão o Hino Nacional no Plenário da Câmara.

Na mesa, os presidentes do STF e da Câmara ocupam, respectivamente, os assentos à esquerda e à direita do presidente do Congresso. Em seguida, o portador da mensagem presidencial para 2018 é conduzido à mesa do Plenário, onde ocupa o assento à direita do presidente da Câmara. Também tem lugar o primeiro-secretário da Mesa do Congresso (fun-

ção desempenhada pelo primeiro-secretário da Câmara). Caso participe, Temer sentará ao lado de Eunício.

Nesse momento, seguindo o protocolo, o presidente do Congresso declara instalados os trabalhos da 4ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura e convida os presentes para, de pé, ouvirem o Hino Nacional.

Discursos

Na sequência, anuncia o recebimento da mensagem presidencial e pede a leitura pelo primeiro-secretário da Mesa. Em seguida, falam a presidente do STF, o presidente da Câmara e o presidente do Senado, que, ao terminar o discurso, declara encerrada a sessão.

Após a cerimônia, os Dragões da Independência ficarão perfilados na escada de acesso ao piso que leva até o Salão Negro, os militares da Força Aérea e da Marinha se posicionarão no Salão Verde e a Banda de Fuzileiros Navais se perfilará no interior do Plenário da Câmara.

Chuva

Se chover, serão canceladas a execução do Hino Nacional na chegada de Eunício, a revista da tropa e a salva de tiros. O presidente do Congresso e demais convidados chegarão pela Chapelaria do Legislativo, que é coberta.

Há 55 anos, Senado ajudou a derrubar parlamentarismo

“Golpe branco” em 1961 criou figura do premiê e reduziu poder de Jango. Senadores mudaram data do plebiscito, de abril de 1965 para janeiro de 1963, quando país votou em massa pela restauração do presidencialismo

Ricardo Westin

HÁ 55 ANOS, chegava ao fim a breve experiência parlamentarista do Brasil republicano. No primeiro domingo de 1963, os brasileiros depositaram nas urnas cédulas que perguntavam se o regime deveria ser mantido. A maioria esmagadora marcou “não” (83% dos votos válidos). O laboratório parlamentar durou um ano e quatro meses.

O plebiscito de 6 de janeiro restaurou o presidencialismo. O governo deixou de ser dividido entre presidente e primeiro-ministro. O presidente João Goulart (PTB) se tornou o único ocupante do Palácio do Planalto.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que os senadores tiveram um papel decisivo tanto na implantação quanto na derrubada do parlamentarismo.

Ao longo do segundo semestre de 1962, não se discutiu outra coisa no Plenário e nas comissões. No Senado, batia-se à exaustão na tecla de que o presidencialismo precisava voltar. Quase não se ouviam vozes partidárias do sistema em vigor.

— O parlamentarismo é um regime sem raízes na nossa terra, uma flora artificial e de estufa. Não tem sido mais do que fonte de inquietação — discursou o senador Lourival Fontes (PTB-SE).

O restabelecimento do presidencialismo representou uma desforra para Jango. Em 1961, os três chefes das Forças Armadas haviam proibido que ele tomasse posse, após a renúncia de Jânio Quadros (PTN). Jango era o vice e, portanto, sucessor de Jânio.

O vice era íntimo do movimento sindical e prometia a reforma agrária. Os militares e os políticos adversários enxergavam nele pe-

rigosas inclinações comunistas. Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961. Nos dias seguintes, na iminência de uma guerra civil, o Brasil parou de respirar. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola (PTB) preparou uma reação armada para forçar a investidura de Jango. No final, não houve conflito. Os militares aceitaram a posse — com a condição de que o novo presidente não pudesse dar todas as cartas.

Foi com esse golpe branco que se implantou o parlamentarismo. O Brasil adotou a figura do primeiro-ministro, e a autoridade do presidente foi podada. Jango se submeteu a tal arranjo para evitar a guerra.

A adoção do novo sistema exigiu uma mudança na Constituição. A emenda — conhecida como Ato Adicional — foi votada às pressas no Senado e na Câmara. Jango, por fim, tomou posse em 7 de setembro de 1961.

Casuísmo

Em 1962, o senador Paulo Fender (PTB-PA) afirmou que o parlamentarismo havia sido uma “fórmula patriótica de emergência”, mas ainda não havia se mostrado benéfico para o país:

— Houve tempo bastante para que o Congresso verificasse que o remédio aplicado àquela situação não mais poderia estar em uso, porque atendeu a uma terapêutica de emergência. Como na medicina humana, na medicina social os remédios que servem para a urgência dos casos não servem para a debelação do mal diagnosticado, que estaria a exigir uma terapêutica específica.

O Ato Adicional foi tão casuístico que abriu a possibilidade de o presidencialismo voltar assim que Jango deixasse o Planalto. A norma previa um plebiscito



Segundo propaganda do governo, reformas sociais só ocorreriam no presidencialismo



Cabos eleitorais distribuem panfletos com argumentos contra o parlamentarismo

sobre a continuidade do sistema parlamentar, a ocorrer em 1965, último ano do governo Jango.

João Goulart não se deu por vencido. Desde que tomou posse, todos os seus movimentos foram no sentido de, primeiro, mudar o Ato Adicional (antecipando a consulta popular) e, depois, derubá-lo por completo (revogando nas urnas o parlamentarismo).

O primeiro-ministro que inaugurou a era parlamentarista foi Tancredo Neves (PSD), alçado ao cargo graças ao perfil conciliador. Os militares o aceitaram, pois viram nele um contrapeso ao suposto radicalismo de Jango. Tancredo montou o Conselho de Ministros com praticamente todos os partidos, inclusive a opositora UDN. Esse gabinete de união nacional acelerou a volta do Brasil à estabilidade política.

Jango não chegou a ser uma rainha da Inglaterra. O parlamentarismo à brasileira dava a presidente várias prerrogativas,

sem limitá-lo a uma figura decorativa. Como se implantou o sistema às pressas, as atribuições do presidente e do premiê não foram delimitadas com clareza. No Senado, Lima Teixeira (PTB-BA) e Venâncio Igrejas (UDN-Guanabara) se estranharam quando o debate resvalou na questão das competências.

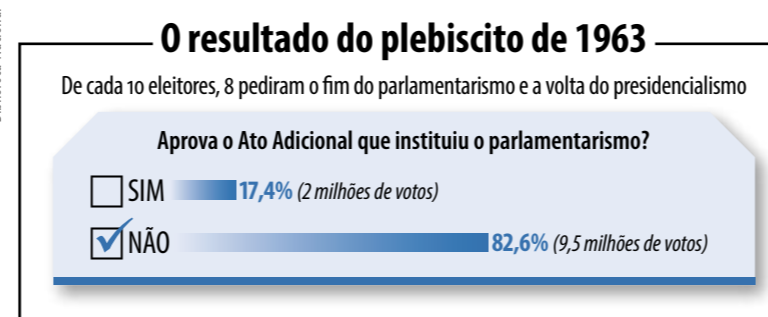
— Temos um bom timoneiro no governo — afirmou Teixeira. — Qual dos dois? — questionou Igrejas.

— Quem dirige o barco é o presidente da República. — Mas não estamos no regime parlamentarista?

— Refiro-me à pessoa mais alta do Poder Executivo.

— O Poder Executivo é representado pelo gabinete.

— Não estamos no regime que Vossa Excelência imagina, de parlamentarismo puro — retorquiu o correligionário de Jango. — Aliás, o que está faltando é



o senador da UDN.

O experimento brasileiro tinha outras excentricidades.

— Sempre ouvi que o parlamentarismo é o exercício do Poder Executivo por uma delegação parlamentar, o gabinete — disse o senador Martins Júnior (UDN-PA). — No entanto, o que vemos entre nós? Um gabinete de leigos, de ausentes do Parlamento.

De fato, nem sequer Tancredo era parlamentar. Tampouco os dois premiês que o sucederiam.

Mesmo não sendo um presidente decorativo, Jango pouco podia fazer sozinho. Quase tudo requeria o aval do primeiro-ministro. Ele precisava reverter logo o golpe branco. Para convencer o povo e o Congresso de que o parlamentarismo tinha que cair, decidiu sabotar o regime.

Para começar, não poderia ter a seu lado um premiê forte. Tancredo deveria sair do caminho. O presidente manobrou para que o Congresso rejeitasse um projeto que permitiria que os ministros que quisessem disputar eleição continuassem no cargo durante a campanha. O premiê se candidataria a deputado federal nas eleições de outubro de 1962. Sem saída, renunciou em junho.

Crises fabricadas

A queda do primeiro gabinete deixou Brasília em polvorosa. Em vez de jogar água para apagar o incêndio, Jango atirou gasolina. Para suceder Tancredo, indicou dois nomes que seriam rejeitados pela classe política. O presidente agia para comprovar que, enquanto o parlamentarismo vigorasse, o país não teria paz.

O senador João Arruda (PSP-PB) denunciou a estratégia:

— O presidente não tem feito nada senão fomentar confusão e fabricar crises. Em 1961, não houve melhor alternativa para a nação a não ser aceitá-lo como presidente, com a modificação do sistema constitucional, a fim de coibi-lo dos excessos dos quais agora dá sobejas provas. Ele não quer que o sistema funcione, por isso baralha tudo.

Após Tancredo, foram alçados ao posto de premiê os juristas Brochado da Rocha e Hermes Lima. Escolhidos a dedo por Jango, estavam comprometidos com a queda do parlamentarismo.

O jornalista Plínio Fraga, autor do livro *Tancredo Neves, o Príncipe Civil* (editora Objetiva), explica que a nomeação de

juristas não foi por acaso:

— O direito sempre foi uma escola de política no Brasil. Desde o Império, era natural que quem quisesse ser político cursasse direito. Em 1962, isso foi ainda mais importante porque a antecipação do plebiscito provocou várias disputas jurídicas. Jango quis ter a seu lado primeiros-ministros que dominassem a interpretação das leis.

No segundo semestre de 1962, sem Tancredo, as negociações no Congresso pela antecipação do plebiscito foram destravadas. Jango não teve dificuldade para convencer os senadores e deputados. No meio político, era quase unânime o desejo de enterrar o novo sistema. A poderosa classe dos governadores, por exemplo, o repudiava porque o Ato Adicional previa para breve a instalação do mesmo regime também nos estados.

João Goulart contou com o apoio até da oposição. Os principais partidos tinham planos de chegar em 1966 ao Palácio do Planalto, onde não gostariam de encontrar um primeiro-ministro. Entre os pré-candidatos, estavam o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), opositorista, e o senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek (PSD-MG), governista.

— O povo não sabe o que perdeu com o parlamentarismo — afirmou JK. — É com surpresa que os eleitores recebem a notícia de que lhes foi roubado o direito de eleger o presidente.

De acordo com o Ato Adicional, o presidente passaria a ser

eleito pelo Congresso. O premiê seria escolhido pelo presidente.

No Senado, os aliados de Jango recorriam à retórica, como Barros Carvalho (PTB-PE):

— O Ato Adicional, cuja *déclaração* [parto] pelo Congresso foi forçada e fora dos prazos de gestão regimental, não passou de um aborto infeliz. O presidente foi esbulhado e o povo, fraudado. Esse ato não é parte da Constituição. Será, no máximo, um apêndice dela. Não podemos deixá-lo pendurado na barriga da nação. O povo precisa dizer como deseja ser governado. O contrário disso será a supuração daquele apêndice, que infecionará de morte as instituições.

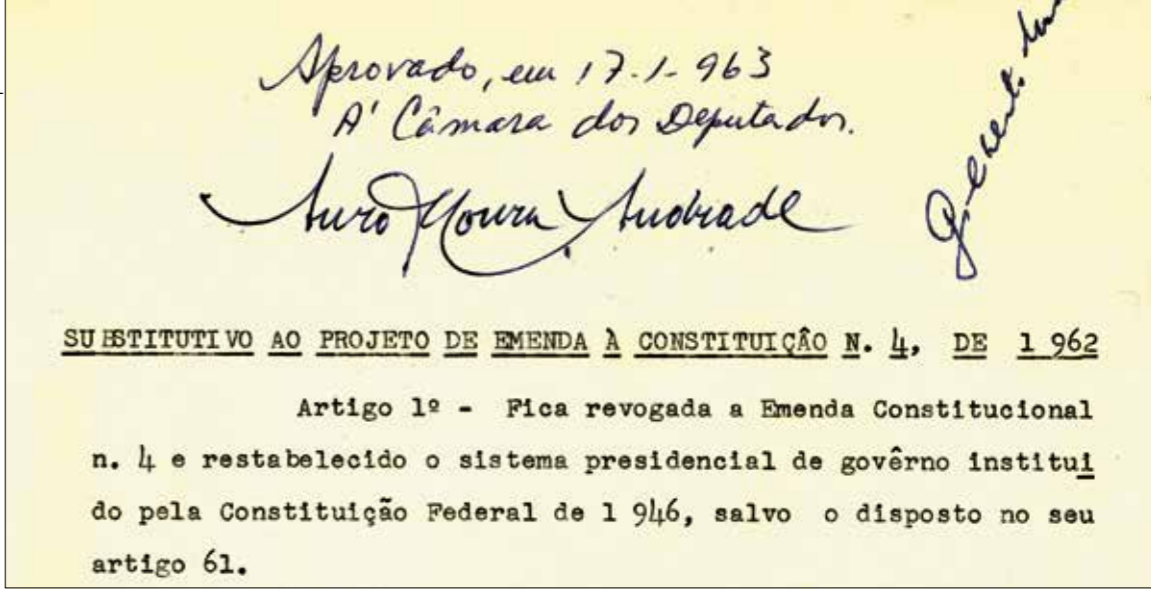
Chantagem

O primeiro-ministro Brochado da Rocha pressionou o Congresso para que a consulta popular, em vez de abril de 1965, ocorresse junto com as eleições legislativas de outubro de 1962. Num lance arriscado, avisou que renunciaria se os parlamentares não aprovassem a antecipação.

— Não podemos deliberar sob a ameaça de renúncia do primeiro-ministro — reagiu o senador João Villasboas (UDN-MT). — Não sei o que teme o Congresso. Nos países parlamentaristas, são um fato normal a renúncia e a organização de um novo ministério. Só aqui, no nosso parlamentarismo indígena, isso se chama de crise. No regime parlamentar do Império, os ministérios foram substituídos às dezenas sem estas crises melodramáticas da República.

A chantagem falhou. O Congresso rejeitou a antecipação do plebiscito para outubro, e Brochado renunciou, alimentando mais uma crise em Brasília.

Jango soube fazer uso de seus contatos com o movimento sindical. Senadores o acusaram de fomentar as várias greves que paralisaram o Brasil em 1962



Senado Fulminou o Ato: 42x0 Presidencialismo só Dependerá da Câmara

Acima, a emenda aprovada pelo Senado em janeiro de 1963 que derrubou o Ato Adicional e o parlamentarismo, logo após o plebiscito; ao lado, a decisão dos senadores é a manchete do Diário de Notícias

tendo na pauta de reivindicações não apenas reajustes salariais, mas também a antecipação do plebiscito de 1965. Para o senador Padre Calazans (UDN-SP), a tática presidencial buscava enterrar o regime parlamentar e ainda implantar o comunismo:

— O que aqui se está fazendo é exatamente o que se fez em outras nações onde minorias organizadas, mediante agentes situados em altos postos do governo, da força militar e das entidades populares, desorganizaram a vida nacional, tumultuaram a política e paralisaram a administração até chegar ao momento da tomada do poder, que é a transformação da greve política em greve revolucionária. Assistimos à transformação do Brasil num satélite da Rússia.

A renúncia de Brochado e uma greve geral deflagrada no mesmo instante, em setembro, logo teriam efeito. No dia seguinte, o Congresso aprovou antecipar o plebiscito — não para outubro de 1962, como sonhava Jango, mas para janeiro de 1963. Não deixou de ser uma vitória do presidente.

Auxiliado pelo premiê Hermes Lima, Jango cuidou da propaganda, investindo milhões de cruzeiros em comícios, panfletos, anúncios de jornal e jingles de

rádio e TV. Só houve campanha pelo “não” ao parlamentarismo.

Grandes estrelas foram contratadas para convencer os brasileiros a votar a favor de Jango, como Elizabeth Cardoso, Elza Soares, Bibi Ferreira e o palhaço Carequinha.

— Não está se dando a possibilidade de uma pugna honesta para confrontar ideias. Há um monólogo — criticou o senador Mem de Sá (PL-RS). — A propaganda é tão rica que foram mobilizados os argumentos da senhora Elza Soares, que figura como um prócer do sistema presidencial, e as luzes do grande teórico do plebiscito, que é o digníssimo senhor Carequinha.

“Perversidade chinesa”

Mem de Sá foi uma das raras vozes a favor do regime em vigor. Antevendo a derrota nas urnas, ele atacou Jango e o plebiscito:

— Não me parece sério perguntar ao povo se prefere um sistema que conheceu [presidencialista] ou um sistema que não pôde conhecer [parlamentarista]. E ignora o parlamentarismo não só o povo sem instrução, analfabeto, mas até as melhores camadas da sociedade. Este sistema foi entregue ao seu carrasco, que o mata com requintes de perversidade chinesa, aos poucos.

Assim que pôde, João Goulart destituiu os chefes das Forças Armadas nomeados por Jânio Quadros, aqueles que haviam tentado vetá-lo, e os substituiu por aliados. Assim, os militares embarcaram na campanha pelo presidencialismo, reforçando a pressão sobre o Congresso.

A população como um todo também aderiu a Jango. E não foi só em resposta à intensa campanha na mídia. Ele distribuiu bondades nos meses derradeiros do parlamentarismo, como a lei do 13º salário e um aumento de 75% no salário mínimo.

Aliados de Jango chegaram a sugerir que o Congresso anulasse o Ato Adicional por conta própria, sem plebiscito. Ele rechaçou a ideia. Para Jango, não bastava ganhar todos os poderes. Ganhando-os pela vontade expressa do povo, os divididos políticos seriam muito mais altos.

Em 6 de janeiro, os brasileiros deram a vitória consagrada ao presidencialismo. Para atender à decisão popular, o Senado e a Câmara interromperam o receso parlamentar e aprovaram a mudança na Constituição que anulou o Ato Adicional. A emenda foi promulgada pelo Congresso em 23 de janeiro. O golpe branco estava revertido.

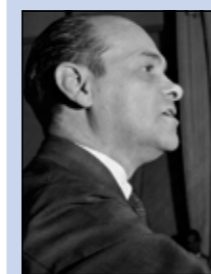
Embora satisfeita com a volta do presidencialismo, a oposição não perdeu a chance de alfinetar o presidente. O senador Daniel Krieger (UDN-RS) discursou:

— Revogamos o Ato Adicional. Tem o senhor João Goulart todos os poderes que pediu. Se não resolver os aflitivos problemas da nação, é porque é incapaz.

Jango não concluiria o mandato. Em 1964, voltariam a conspirar as mesmas forças militares e políticas que haviam tentado impedir-lhe a posse em 1961. O golpe, agora, não seria branco.

Galeria de primeiros-ministros

Durante um ano e quatro meses, tempo que durou a experiência parlamentarista, o presidente João Goulart dividiu o Palácio do Planalto com três primeiros-ministros



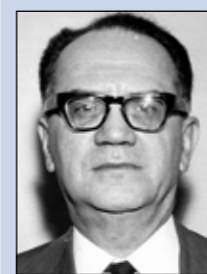
TANCREDO NEVES
9 meses no cargo (set/1961 – jun/1962)

Tancredo Neves, que vinha da derrota de 1960 na disputa pelo governo de Minas Gerais, foi escolhido primeiro-ministro em razão de seu perfil conciliador. A indicação, feita pela bancada do PSD na Câmara, agradou aos militares, que buscavam um contraponto ao suposto extremismo do presidente João Goulart. Dos três primeiros-ministros, foi o único que trabalhou para que o parlamentarismo desse certo, contrariando os planos de Jango. Por essa razão, o presidente manobrou e conseguiu que Tancredo renunciasse.



BROCHADO DA ROCHA
2 meses no cargo (jul – set/1962)

Jango escolheu Brochado da Rocha por sugestão do governador Leonel Brizola. O primeiro-ministro havia feito carreira política no Rio Grande do Sul, como deputado estadual e secretário no governo de Brizola. Comprometido com os planos de Jango de antecipar o plebiscito, Brochado pressionou os parlamentares para que a consulta popular fosse marcada para outubro de 1962, com as eleições legislativas. O Congresso, porém, rejeitou a proposta com a data desejada pelo governo, e Brochado renunciou. Ele morreria duas semanas depois.



HERMES LIMA
4 meses no cargo (set/1962 – jan/1963)

No dia seguinte à queda de Brochado, o Congresso aprovou a convocação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. O terceiro e último primeiro-ministro foi Hermes Lima, ex-deputado estadual da Bahia e ex-deputado federal pelo Distrito Federal (status do Rio quando era capital do país), que governou de modo a convencer a população a rejeitar o parlamentarismo. Advogado e jurista, ele seria recompensado por Jango em 1963 com o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. A ditadura militar o retiraria do STF à força.



O presidente João Goulart em evento com o primeiro-ministro Tancredo Neves

A seção Arquivo 5, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivo5>

Senadores divergem sobre deficit de 2017

Governistas afirmam que rombo de R\$ 124 bilhões foi menor do que o previsto graças a medidas do governo, enquanto outros parlamentares criticam cortes na área social

O GOVERNO FEDERAL fechou 2017 com um deficit primário de R\$ 124,4 bilhões, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional. A meta era de até R\$ 159 bilhões. O rombo ficou menor que em 2016, quando o deficit foi de R\$ 161 bilhões.

O vice-presidente da Comis-

são de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), avaliou que a queda no rombo das contas públicas se deve a um conjunto de ações do governo para aumentar a arrecadação e cortar gastos.

Essa também é a opinião de Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Para ele, a crise que vive o Brasil é política.

— A crise não é econômica, não é social. O problema do Brasil é a crise política. E essa crise chegou ao fundo do poço, agora vamos nos erguer.

Já na avaliação de Gleisi Hoffmann (PT-PR), o deficit mostra que o governo não está agindo

corretamente na economia.

— É uma tragédia. Depois de todos os cortes e da retirada de direitos, o Orçamento não se reequilibrou. Isso mostra que o governo estava errado em ir por esse caminho do austericídio.

Telmário Mota (PTB-RR) criticou os cortes do governo em áreas sociais:

— É um Orçamento que corta 27% do social, 99% do saneamento básico, 44% das universidades, 86% da reforma agrária, 86% da educação no campo, 100% do investimento sustentável nas comunidades indígenas e ribeirinhas. Ou seja, o governo arrochou os pequenos e beneficiou os ricos.

Parlamentares analisam fechamento de 21 mil postos de trabalho no ano passado

Pelo terceiro ano consecutivo, em 2017 o Brasil demitiu mais do que contratou. Foram quase 21 mil postos formais de trabalho fechados, de acordo com o governo. Apesar de negativo, o resultado foi o melhor desde 2014.

Senadores expressaram visões distintas sobre esses números. Na avaliação de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), os números mostram que o Brasil retomou o crescimento econômico. Para Ataídes, um conjunto de ações do governo, como a reforma trabalhista, gerou confiança do empresariado para investir, o que se refletiu na geração de emprego e aumento do consumo.

— Nós tivemos crescimento em 2017, mesmo diante dessa turbulência política. Nós fechamos o ano com 21 mil cargos negativos, mas isso a meu ver foi uma grande vitória. Para mim, 2017 foi uma baliza de que o país voltou a crescer.

Já para Paulo Paim (PT-RS), os números têm outro significado. Eles demonstram que o país continua com alto nível de desemprego e que

aumentaram os empregos precários.

— O que houve foi demissão dos empregos formais para contratação em empregos informais, na linha do trabalho intermitente. Dependendo do número de horas que recebe, [o trabalhador] poderá ganhar meio salário mínimo e terá que pagar previdência sobre a integralidade do salário mínimo. Na verdade, é um retrocesso.

A construção civil e a indústria de transformação foram os segmentos que mais demitiram em 2017. O Sudeste foi a região que mais fechou postos de trabalho e o Centro-Oeste, em razão da produção agrícola, foi o que mais contratou.

Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e incluem os contratos feitos sob as novas modalidades previstas na reforma trabalhista, como a jornada parcial e a jornada intermitente.

O resultado de quase 21 mil postos fechados é a diferença entre o número de contratações (14.635.899) e o de demissões (14.656.731) no ano.

Senado fará 12 debates sobre novo Código Comercial e analisará relatório em junho

A reforma do Código Comercial vai ser discutida em 12 audiências públicas com representantes do governo, entidades profissionais e especialistas. O plano de trabalho apresentado pelo relator, senador Pedro Chaves (PSC-MS), também prevê a entrega do parecer para junho. Em dezembro, o Plenário prorrogou o prazo de funcionamento da Comissão Temporária de Reforma do Código Comercial, presidida por Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

Chaves convidou o autor do anteprojeto de reforma do código, o professor Fábio Ulhoa Coelho, da PUC-SP, o ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o jurista Ives Gandra Martins, especialista em direito tributário, a colaborar com a análise da proposta (PLS 487/2013).

— Já temos um anteprojeto elaborado por 19 especialistas de alto nível e, a partir daí, faremos uma lei consistente que atenderá todos os comerciantes — disse Chaves.

Segundo o relator, o projeto tem como objetivo modernizar o código instituído em 1850, ainda no Brasil Império. Para Chaves, mesmo tendo sido atualizado pelo Código Civil de 1975 e por várias modificações posteriores (a edição atual entrou em vigor em 2002), a lei permanece distante da atual realidade comercial.

— Nós decidimos em 1975 usar o Código Civil como a referência única que iria absorver tudo que existia no Código Comercial. E em 2002, relataram o Código Civil também com essa pretensão. Qual o problema então? O Código Civil, aprovado recentemente, já nasceu velho. Por isso a necessidade de um novo Código Comercial.

Um dos aspectos mais importantes do projeto está relacionado ao comércio eletrônico. Segundo o senador, a área precisa de normas, inexistentes



Genalbo Mitiguel/Agência Senado

Relator, Chaves avalia que modificações devem atrair investidores estrangeiros

na lei atual. Como benefícios a empresários e consumidores, ele ressalta a maior segurança jurídica nas transações comerciais, a redução de preços e a geração de emprego e renda.

— Os preços pagos pelos consumidores pelos produtos e serviços no Brasil em parte são decorrência do cenário de insegurança jurídica que cerca as empresas. Por isso, o novo Código Comercial trará grandes avanços à economia — argumenta o relator.

Outro ponto importante está relacionado à desburocratização do registro de empresas e à previsão de que vários documentos, como contratos e títulos de crédito, circulem exclusivamente em meio eletrônico.

— As inovações livrarão os empresários das amarras da burocracia, tornando o ambiente de negócios mais favorável ao desenvolvimento das empresas e mais atraente aos investidores de todo o mundo — disse Chaves.

Prefeitura de São Paulo



Trabalhadores em centro de apoio em São Paulo: demissões superaram contratações no país

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Reforma da Previdência pode chegar em março

Deputados discutem texto modificado pelo relator, Arthur Oliveira Maia, que promete retirar trabalhadores rurais da proposta. Divididos, senadores se preparam para debater

A REFORMA PREVIDENCIÁRIA deverá estar entre os principais temas do Congresso Nacional em 2018. As lideranças governistas defendem a aprovação, a ser votada em primeiro turno na Câmara provavelmente em fevereiro, como forma de equilibrar as contas públicas e ajustar a Previdência Social. A oposição, por sua vez, alega que as mudanças na atual legislação prejudicam os trabalhadores e atingem direitos adquiridos.

Para aprovar a proposta (PEC 287/2016, na Câmara), que começa a ser discutida no início deste mês, serão necessários 308 votos favoráveis dos deputados. Se passar, o texto será enviado para votação no Senado, onde precisará ser aprovado por 49 senadores.

Ajustes

Em 22 de novembro, o relator da proposta, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), apresentou os principais pontos do projeto em discussão com o governo, com ajustes para garantir o apoio da base governista na Câmara.

A versão é um pouco mais simples do que a aprovada em maio de 2017, em uma comissão especial da Câmara. Ela reduz o tempo de contribuição na iniciativa privada, mas mantém as regras de transição e as idades mínimas de aposentadoria no futuro.

O texto exclui os artigos relativos ao trabalhador rural e à concessão do benefício assistencial aos idosos e às pessoas com deficiência. Para o serviço público, não há mudanças em relação ao parecer da comissão especial.

Tempo de contribuição

Segundo Maia, os ajustes se centraram sobre os principais pontos criticados pelos adversários da reforma e vão “facilitar imensamente” a sua votação na Câmara. Apesar disso, ele afirmou que a aprovação vai demandar muito esforço do governo.

A proposta “enxuta”, disse o relator, estabelece em 15

anos o tempo mínimo de contribuição do trabalhador da iniciativa privada para se aposentar (o do serviço público continua 25 anos).

Com o tempo mínimo, o segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terá direito a 60% do valor da aposentadoria e receberá 100% do benefício somente se chegar a 40 anos de contribuição.

Regra de transição

Permanece a regra de aumento da idade mínima durante a fase de transição entre o modelo previdenciário atual e o proposto.

Com isso, o trabalhador da iniciativa privada poderá se aposentar com a idade mínima de 53/55 anos (mulher/homem) a partir de 2018. As idades sobem um ano a cada dois anos, de modo que, em 2036, as mulheres atingem o patamar de 62 anos. Os homens atingem a idade mínima de 65 anos em 2038.

Para o setor público, a regra de transição é semelhante: um ano de acréscimo na idade mínima de aposentadoria a cada dois anos. O que muda é o patamar inicial: as mulheres poderão se aposentar a partir dos 55 anos, e os homens aos 60 anos. Em 2028, os homens atingem a idade mínima de 65 anos e as mulheres chegarão ao patamar de 62 anos em 2032.

Professores e policiais

As regras de transição para professores, policiais, trabalhadores que atuam em atividades prejudiciais à saúde e pessoas com deficiência também não mudam. Em geral, elas permitem a aposentadoria em um tempo inferior.

Um dos dispositivos polêmicos da proposta é o que prevê uma regra de transição para quem ingressou no serviço público antes de 2003. Pelo texto, esses servidores precisariam atingir 65 anos, se homem, ou 62 anos, se mulher, para manter o direito à integralidade (valor do último salário na ativa) e à paridade (reajustes



Plenário da Câmara dos Deputados deve começar a discutir a proposta, que promete movimentar o Congresso

iguais aos dos ativos).

Além disso, segundo a regra atual, que permanece, teriam de cumprir outros requisitos, como tempo de contribuição de 35 anos para o homem e 30 anos para a mulher, 20 anos de efetivo serviço público e 5 anos no cargo em que se aposentar.

Repercussão

Em postagem recente nas redes sociais, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, já se manifestou sobre o rumo que pretende dar à votação da reforma da Previdência: “Não aceito mexer na aposentadoria dos mais pobres nem dos trabalhadores rurais. Reformas devem ser sempre para tirar privilégios e nunca direitos dos mais pobres”, declarou.

Líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) assegura que a reforma é necessária para garantir os benefícios dos atuais e futuros aposentados. Segundo ele, se nada for feito, daqui a dez anos 80% do Orçamento do governo irá para a Previdência.

O senador adiantou que a prioridade no retorno dos trabalhos legislativos será dada às propostas que impulsionam o crescimento econômico e ajudam a criar empregos, entre elas a reforma previdenciária.

— Estamos na expectativa da vinda da reforma da Previdência. Se for aprovada na

Câmara dos Deputados, ela virá em março para o Senado — afirmou Jucá em entrevista à Rádio Senado.

Já Humberto Costa (PT-PE) disse que a Minoria vai resistir a qualquer tentativa de aprovar a reforma, ainda que sejam feitas alterações na proposta original.

— Nós vamos fazer uma guerra tanto na Câmara quanto no Senado para que essa proposta não venha a ser aprovada.

Por sua vez, o líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), teme que a demora na aprovação do texto gere prejuízos para a população.

— Quanto mais tempo se leva para fazer a reforma da Previdência, mais difícil se torna o remédio que precisa ser aplicado para viabilizar a redução do déficit público, sem a perda de direitos por parte de trabalhadores e também de aposentados.

Críticas

Crítico da reforma, o senador Paulo Paim (PT-RS) assegura que o governo mente quando afirma, em propaganda, que as mudanças propostas não prejudicarão os trabalhadores.

O senador diz ainda que o governo nada faz para tornar o caixa da Previdência superavitário, como devolver todo o dinheiro que foi retirado do orçamento da Previdência por meio de um mecanismo previsto na Constituição conhecido por Desvinculação de Receitas da União.

— Se fizesse isso, a Previdência receberia mais de R\$ 1 trilhão, com valores atualizados pela Selic.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) anunciou voto contrário à reforma. “Voto contra porque não concordo com a proposta, sobretudo no que diz respeito ao trabalhador rural (...). E por acreditar que esta reforma

exige debate e discussão mais profunda”, disse o senador

Aposentadoria rural

A análise da proposta estava prevista para dezembro. Porém, em razão do recesso parlamentar e da possibilidade de não haver quorum para aprovação, o governo recuou e fez concessões para ganhar apoio no Congresso.

Em dezembro, Arthur Oliveira Maia disse que deverá excluir os trabalhadores rurais da proposta e que estenderá aos servidores estaduais e municipais as regras vigentes para os servidores federais desde 2013. Aqueles que ingressaram no serviço público a partir de 2013 se aposentam com o teto do Regime Geral de Previdência Social (R\$ 5.531,31) e podem complementar o benefício por meio de um fundo de previdência complementar.

Maia destacou avanços no texto feitos pelo Congresso, como o tratamento diferenciado para professores, policiais e mulheres. “Chegou um texto duro do governo, que cortou privilégios, mas atingiu em parte as pessoas menos favorecidas.” Ele ressaltou que será mantido o tempo mínimo de contribuição de 15 anos.

Baixa renda

As modificações no Benefício de Prestação Continuada (BPC) — pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda — também serão excluídas. O texto original previa que o valor do BPC poderia ser menor do que o salário mínimo. “O que fica na PEC é o fim dos privilégios. Por meio dela, estamos dizendo que, se não vale para o governo federal, não há de valer para estados e municípios, porque temos que fazer com que a Previdência tenha uma regra igual para todos”.

(Com Agência Câmara)

Venda da Eletrobras é prioridade do governo no início do ano

Também prioridade para o governo neste início de semestre é a medida provisória editada em dezembro que trata da privatização do setor elétrico. Parte da MP 814/2017 havia sido suspensa por decisão liminar do juiz Carlos Kitner, da 6ª Vara Federal de Recife. Na sexta-feira, porém, a liminar foi derrubada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Líderes governistas buscam convencer parlamentares

sobre a necessidade de aprovação da medida. Jucá afirma que o governo conta com os recursos da privatização — dinheiro já previsto no Orçamento da União de 2018. Mas a oposição avisa que vai insistir na via judicial para tentar barrar a MP.

Outra medida polêmica é a que altera pontos da reforma trabalhista. Como a data-limite para a aprovação da MP 808/2017 é o dia 22, Paulo

Paim acredita que não haverá tempo para análise do texto. Bauer, no entanto, admite dispensar a discussão na comissão mista para garantir a votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

— Por se tratar de prioridade e por ser uma matéria de interesse de todos, é possível que a gente traga esse assunto diretamente ao Plenário, em um processo que não duraria mais de duas semanas.

A MP que altera a reforma trabalhista, a que possibilita a venda da Eletrobras e a que permite saque do PIS/Pasep aos 60 anos aguardam formação de comissão mista

Congresso deve votar 22 medidas provisórias

OS PARLAMENTARES DEVEM analisar 22 medidas provisórias a partir deste mês, com a retomada dos trabalhos legislativos. Oito já tiveram as respectivas comissões mistas instaladas e duas já passaram pelo exame das comissões e aguardam a deliberação da Câmara para serem remetidas ao exame do Senado. Outras 12 MPs aguardam a instalação das comissões mistas.

Entre as que esperam a designação dos integrantes das comissões, está a que altera regras da reforma trabalhista, em vigor desde novembro do ano passado (MP 808/2017). Outra medida provisória polêmica é a que trata do setor elétrico e permite a privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias (MP 814/2017).



Roque de Sá/Agência Senado

Medidas provisórias são primeiramente discutidas em comissão mista e depois analisadas e votadas pelos Plenários da Câmara e do Senado

Reforma trabalhista

Uma das principais mudanças da MP da reforma trabalhista se refere aos trabalhos intermitente e autônomo previstos na nova legislação.

O presidente Michel Temer editou a MP 808 no fim do ano passado para cumprir acordo firmado com parlamentares de sua base, para evitar que eventuais mudanças feitas pelo Senado na reforma levassem a mais uma votação do projeto na Câmara.

A MP será analisada por

comissão especial de deputados e senadores, ainda não instalada. Os parlamentares apresentaram 967 emendas à MP, que modifica 17 artigos da reforma. Uma das emendas determina que as grávidas e lactantes devam ser afastadas de atividades e locais de trabalho insalubres com ou sem apresentação de atestado médico, ao contrário do que determina a nova lei.

Outros pontos polêmicos da reforma trabalhista alterados pela MP tratam da contribui-

ção previdenciária, da negociação coletiva, da jornada de 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso, da comissão de representantes dos trabalhadores e dos prêmios e gorjetas.

Eletrobras

A comissão que vai analisar a MP 814 ainda não foi instalada. A medida retira da Lei 10.848/2004, que trata da comercialização de energia, o artigo que excluía a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica — do Programa Nacional de Desestatização.

Uma liminar do juiz Carlos Kitner, da 6ª Vara Federal de Recife, suspendeu em 11 de janeiro o artigo 3º da MP, que retira da lei a proibição de privatizar a Eletrobras e suas subsidiárias. Na decisão, o juiz afirma que o governo federal não justificou a urgência para editar uma MP. Para ele, apesar de haver estudos que atestam o crescente endividamento das empresas públicas do setor elétrico, as leis sobre o setor não poderiam ser modificadas sem a participação do Congresso. Na sexta-feira, porém, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes derrubou a liminar.

Essa é a terceira medida provisória editada pelo governo para possibilitar a venda da Eletrobras. Em junho de 2016 foi editada a MP 735, aprovada pelo Congresso e convertida na Lei 13.360/2016, que facilita a transferência do controle de ativos e as privatizações de distribuidoras da Eletrobras.

Em agosto do ano passado, o governo anunciou a intenção de privatizar a Eletrobras, responsável por um terço da

geração de energia no país. O valor patrimonial da estatal é de R\$ 46,2 bilhões e o total de ativos da empresa chega a R\$ 170,5 bilhões, de acordo com o Ministério de Minas e Energia.

Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, disse que a arrecadação com a privatização, estimada em R\$ 12,2 bilhões, está prevista no Orçamento da União deste ano.

— É uma prioridade a discussão da venda da Eletrobras, até porque esses recursos já estão previstos no Orçamento de 2018 — disse Jucá.

A oposição, porém, declarou que insistirá na via judicial para tentar impedir a votação da MP, como antecipou Humberto Costa (PT-PE).

— Nós vamos inclusive continuar a guerra judicial que abrimos e que, até o momento, tem tido retorno. E acreditamos que podemos ter sucesso e impedir que haja esse processo de privatização.

PIS/Pasep

A medida provisória que permite saque do PIS/Pasep aos 60 anos (MP 813/2017) é outra que aguarda a instalação da comissão mista. Editada em 27 de dezembro, a medida reduz a idade mínima para o saque do fundo PIS/Pasep.

Tem direito aos recursos do abono o trabalhador do setor público ou privado que tenha contribuído para o PIS ou Pasep até 4 de outubro de 1988 e que não tenha feito o resgate total do saldo do fundo. A Caixa, responsável pelo PIS, e o Banco do Brasil, administrador do Pasep, fazem o pagamento de acordo com um calendário anual.

Municípios

Já a MP 815/2017 autoriza o repasse de apoio financeiro aos municípios no valor de

R\$ 2 bilhões. A parcela destinada a cada um é definida pelos mesmos critérios de transferências via Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O texto estabelece que os municípios devem aplicar os recursos preferencialmente em saúde e educação.

Com a MP, o governo federal espera assegurar a continuidade dos serviços públicos básicos nos municípios, como os de saúde e de segurança, além da continuidade de projetos de investimento feitos em parceria com a União.

Comissões instaladas

Entre as MPs que já têm comissões mistas instaladas, está a MP 805/2017, que adia reajustes salariais e aumenta a contribuição previdenciária de servidores federais de 11% para 14%. Apesar de os efeitos da medida terem sido suspensos pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski, a decisão precisa ser referendada pelos demais ministros.

As MPs 798/2017 e 807/2017 tratam do prazo de adesão ao Refis, o programa especial de regularização tributária com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A MP 804/2017 atualiza as datas para a adesão ao Refis e, caso aprovada, revogará a MP 798.

Plenário

As duas MPs que estão prontas para a deliberação dos Plenários da Câmara e do Senado são a MP 800/2017, que aumenta prazo para investimentos das concessionárias em rodovias federais, e a MP 801/2017, que dispensa os estados de uma série de exigências para renegociar dívidas com a União. O prazo de votação é até os dias 26 e 28 de fevereiro, respectivamente.

MPs tramitando no Congresso

PUBLICADAS

MP 808	Altera pontos da reforma trabalhista
MP 809	Modifica a legislação do Instituto Chico Mendes (ICMBio) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
MP 810	Fortalece pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação
MP 811	Permite a comercialização de hidrocarbonetos pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)
MP 812	Define nova forma de calcular os encargos dos fundos constitucionais
MP 813	Trata da movimentação da conta do PIS/Pasep
MP 814	Autoriza a privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias
MP 815	Libera R\$ 2 bilhões em caráter emergencial aos municípios
MP 816	Cria cargos para os Conselhos de Supervisão dos regimes de recuperação fiscal dos estados e do Distrito Federal, vinculados ao Ministério da Fazenda
MP 817	Dispõe sobre enquadramento e remuneração de servidores dos ex-territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá
MP 818	Altera o Estatuto da Metrópole e a Política Nacional de Mobilidade Urbana
MP 819	Permite que a União doe recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade

NAS COMISSÕES MISTAS

MP 798	Aumenta o prazo de adesão ao Refis
MP 799	Concede crédito de R\$ 47 milhões para as Forças Armadas
MP 802	Amplia o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
MP 803	Prorroga o prazo de adesão ao Refis Rural previsto na MP 793/2017
MP 804	Altera a MP 783/2017 e revoga a MP 798/2017: Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)
MP 805	Cancela ou adia o reajuste salarial de servidores públicos federais
MP 806	Modifica a forma de tributação do Imposto de Renda sobre fundos financeiros fechados
MP 807	Prorroga a adesão ao Refis

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 800	Determina a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais
MP 801	Facilita a renegociação de dívidas de estados, do DF e de municípios